

RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.557 - MT (2015/0238638-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDOPOLIS
ADVOGADO : RODRIGO BORGES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP180917
RECORRIDO : SOLIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
RECORRIDO : JM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
RECORRIDO : MASTER CONSTRUTORA, INCORPORADORA E NEGOCIOS
IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : CLÁUDIO GONZAGA JAIME E OUTRO(S) - GO015022

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVOGAÇÃO DE DOAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENCARGO - PROCEDÊNCIA - PREJUDICIAL DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PARECER DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - VÍCIO SANADO - REJEIÇÃO - MÉRITO: DOAÇÃO DE IMÓVEL A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL FEITA ATRAVÉS DE INSTRUMENTO PARTICULAR, COM ENCARGO DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL, PARA A VALORIZAÇÃO DA REGIÃO - POSTERIOR LAVRATURA DE ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, "SEM ENCARGO", A PEDIDO DA DONATÁRIA, SOB O PRETEXTO DE QUE O BANCO QUE FINANCIARIA A OBRA TERIA CONDICIONADO A LIBERAÇÃO DO CRÉDITO À DESONERAÇÃO DO IMÓVEL - INÉRCIA DA DONATÁRIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA OBRA - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA BOA -FÉ CONTRATUAL - CONFIANÇA DOS DOADORES A SER TUTELADA PELO JUDICIÁRIO - OBRIGAÇÃO DE LEALDADE AO AVENÇADO NO INSTRUMENTO PARTICULAR - ART.112 DO CC/2002 - PREVISÃO CONTRATUAL DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DEVIDAMENTE ACRESCIDA DE JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA MORATÓRIA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DO ENCARGO - APLICAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.

Eventual nulidade decorrente da ausência de intervenção ministerial em primeiro grau pode ser sanada quando não há demonstração de

Superior Tribunal de Justiça

prejuízo e o Ministério Público intervém em segundo grau de jurisdição. (STJ - AgRg no AREsp 96.428/PA).

Se, depois de assumir em documento particular de doação de imóvel o encargo de construir de uma sede educacional e implementar atividades educacionais no terreno que lhe fora doado por empresas do ramo imobiliário, a fundação educacional donatária solicita aos doadores que a escritura pública seja efetivada "sem encargo", sob o pretexto de que o banco que financiaria a obra teria condicionado a liberação do crédito à desoneração do imóvel, com o que as doadoras não se opõem, não pode deixar de honrar a obrigação liberalmente assumida, prevalecendo hígido o encargo, ainda que constante apenas de compromisso assentado em instrumento particular.

O judiciário deve prestigiar os princípios da confiança, lealdade e boa -fé contratuais, consoante artigo 422 do CC. Assim, a mera literalidade do documento público de doação não pode se sobrepor à primeira expressão da vontade das partes, devendo prevalecer a regra do art.112 do mesmo Codex, segundo o qual "nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem." Se, apesar de denominarem sua ação como "Ação de Revogação de Doação" em face do descumprimento do encargo liberalmente assumido, o que buscam as doadoras é recebimento do valor combinado, corrigido monetariamente pelo INPC, acrescidos de juros de mora legais, mais multa de 10% para o caso de inadimplemento da obrigação da donatária, escoreita a sentença que lhes reconhece tal direito contratual.-

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para sanar omissão quanto aos honorários de sucumbência, todavia, sem alteração do resultado do julgamento (fls. 269 - 273, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a ora recorrente, em suma, violação aos artigos 66 e 82, do Código de Processo Civil de 1973; e 108, do Código Civil.

Sustenta a nulidade processual por ausência de obrigatória manifestação do Ministério Público nos autos.

Defende a nulidade do instrumento particular de doação, que previa a realização de encargo, em contraprestação, sob a alegação de superveniente revogação expressa por instrumento público, que previa a doação sem encargo; bem como de impossibilidade de efetivação do negócio, por instrumento particular, por se tratar de

Superior Tribunal de Justiça

imóvel com valor superior a 30 salários mínimos.

Aduz a necessidade de concessão dos benefícios da justiça gratuita, e subsidiariamente, de observância do critério de equidade para fins de fixação dos ônus de sucumbência.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 303 - 313), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 341 - 343, e-STJ.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105/2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Não assiste razão à recorrente.

Quanto à alegação de nulidade por ausência de manifestação do Ministério Público nos autos, a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 248):

Prefacialmente, sustenta a recorrente a nulidade da sentença por ausência de intervenção do Ministério Público, a qual é obrigatória na forma do art.66, do CC/2002 e art.82, III do CPC.

Acerca do tema posto, é bem verdade que o caput do art.66 do CC/2002 é claríssimo em estabelecer que "velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas." Todavia, "a jurisprudência é firme no sentido de que a nulidade decorrente da ausência de intervenção ministerial em primeiro grau é sanada quando, não tendo sido demonstrado prejuízo, o Ministério Público intervém em segundo grau de jurisdição." (STJ - 3ª T. - AgRg no AREsp 96.428/PA - Relator: Min. SIDNEI BENETI -j. em 23/10/2012, DJe 06/11/2012) No caso, tendo sido colhido o parecer ministerial em sede recursal, a Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo desprovimento do recurso.

Com isso, eventual vício decorrente da falta de prévia oitiva do Parquet restou superada, ensejando, pois, o desacolhimento da nulidade da sentença.

Verifica-se que o entendimento adotado na origem está em consonância

Superior Tribunal de Justiça

com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que, a manifestação do Ministério Público (nas causas que esta seja obrigatória), apenas em segundo grau, não gera nulidade processual se for constatada a ausência de prejuízo às partes. Aplica-se a Súmula 83/STJ no ponto. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INTERVENÇÃO. SEGUNDA INSTÂNCIA. PREJUÍZO À PARTE AUTORA. AUSÊNCIA.

1. Conforme entendimento desta Corte, a nulidade do processo devido à intervenção do Ministério Público Federal somente em segundo grau pressupõe a efetiva comprovação do prejuízo.

(...)

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1450982 / MS, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento, 1/7/2019, DJe 2/8/2019).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. FALTA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MANIFESTAÇÃO POSTERIOR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE NÃO DEMONSTRADA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. JUROS E HONORÁRIOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A ausência de intimação do Parquet federal não é causa de nulidade quando suprida por pronunciamento posterior deste órgão e inexistente prejuízo às partes. Precedentes.

(...)

4. Recurso especial do Incra não conhecido e recurso especial do Ministério Público Federal não provido.

(REsp 1324693 / MS, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, Julgamento, 10/9/2013, DJe 19/9/2013).

No mérito, a Corte local destacou que (e-STJ, fls. 248 - 250):

Consoante dos autos consta, aos 17/05/2007 as autoras - as quais atuam no ramo imobiliário, especialmente na venda de áreas loteadas e implantação de loteamentos - resolveram doar à fundação educacional ré um terreno matriculado sob o nº 78.610 do CRI de

Superior Tribunal de Justiça

Rondonópolis (fls.43146), através de instrumento particular de doação (fls.27/31).

Segundo ainda consta, a referida doação foi realizada mediante encargo a ser cumprido pela donatária, concernente à construção de uma sede da Fundação Educacional de Fernandópolis no referido lote, com o início das obras até o dia 10/01/2008 e finalização até o dia 10/08/2008 na medida em que, atuando no mercado imobiliário através da realização de loteamentos, tinham total interesse na construção de uma faculdade na localidade já que isso valorizaria excessivamente seus terrenos.

E no respectivo instrumento particular do instrumento de doação assim dispôs:

Caso a OUTORGADA DONATÁRIA não consiga iniciar as obras até o mês de janeiro de 2008 ou concluí-la até agosto -de 2008 nos termos pactuados, terá ela a opção de, em 30(trinta) dias, devolver o terreno doado caso este não esteja gravado qualquer ônus real ou pagar aos Outorgantes Doadores a quantia de R\$].400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

§ PRIMEIRO - Os OUTORGANTES DOADORES poderão prorrogar o prazo para início e conclusão das obras, conforme entendimento entre as partes.

§ SEGUNDO - Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias, em não havendo prorrogação entre as partes, e no caso a OUTORGADA DONATÁRIA não tenha devolvido o imóvel ou não tenha pago a quantia de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), os OUTORGANTES DOADORES poderão exigir judicialmente ou a devolução do imóvel ou o pagamento da quantia estipulada na cláusula supra, com uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês mais atualização dos valores monetários pelo índice INPC/IBGE" (fls.29/30)

Em caso de não implementação do encargo no tempo e modo devidos, o negócio jurídico poderia ser resolvido de duas maneiras:

Na primeira, estando o bem imóvel ainda em mãos do donatário, e livre de qualquer ônus, suficiente a devolução de tal bem aos doadores.

Já na segunda - hipótese em que sobre o terreno tenha sido gravado de ônus real -o donatário se obrigaria a pagar aos

Superior Tribunal de Justiça

doadores a importância de R\$1.400.000,00, devidamente corrigido e acrescido de juros de mora legais, mais multa de 10%.

No entanto, em 04/06/2007, ou seja, menos de um mês após a assinatura do instrumento particular de doação, a requerida solicitou às autoras que a doação fosse formalizada através de uma escritura pública.

Na mesma ocasião a ré apelante teria solicitado às doadoras que a doação fosse efetivada de forma simples ao argumento de que a edificação a ser construída sobre o imóvel seria financiada através de um FCO junto ao Banco do Brasil, e que tal crédito somente seria liberado se o imóvel doado estivesse livre de qualquer encargo.

Teria sido então que, apenas com o fito de viabilizar a construção da sede da referida fundação educacional que as doadoras apeladas, agindo na mais absoluta boa -fé, efetivaram a doação através da escritura pública de fls.33/36 (grifamos).

No entanto - ainda de acordo com a inicial -, a fundação donatária não cumpriu o acordado, não iniciando as obras dentro do prazo previsto no instrumento particular de doação.

À vista disso, as doadoras encaminharam uma notificação extrajudicial à donatária em 27/05/2008 (fls.37/38), requerendo informações sobre o não início das obras e, apesar de a notificada ter entrado em contato para informar que daria início às obras em breve, até a data do ajuizamento da demanda em 12/04/2011, a donatária permaneceu inerte.

Todavia, qual não teria sido a surpresa das doadoras quando, no início do ano de 2011, tomaram conhecimento de que a fundação educacional ré colocara o imóvel doado à venda.

Em razão disso é que as doadoras ajuizaram a presente ação, denominando-a Ação de Revogação de Doação com pedido de Tutela Antecipada.

Entretanto, apesar de requerer no corpo de suas razões iniciais que a referida doação fosse "revogada por inexecução do encargo por parte da donatária" (1110 - sic), no capítulo destinado ao pedido as doadoras pleitearam a condenação da requerida "no pagamento da quantia de R\$2.069.540, 76 (dois milhões. sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta reais, setenta e seis centavos)" (fl.13 - sic), correspondentes aos R\$1.400.000,00 previstas na cláusula 5 do Instrumento Particular (fls.27/31), devidamente acrescido de juros de mora legais e correção monetária pelo INPC, e mais 10% a título de

multa penal.

Em resposta à pretensão inicial, a fundação donatária defendeu a inexistência do suposto encargo, em decorrência do Instrumento Particular de Doação ser inválido e, conseqüentemente, encargo, em razão da imposição legal para a doação de imóveis de valor superior a 30 (trinta) salários mínimos ser realizada somente mediante escritura pública. Além disso, a invalidação do Instrumento Particular já que em ato posterior as doadoras formalizaram a doação do imóvel através de Escritura Pública, destacando que o doavam "sem qualquer restrição ou condição".

Aduziram ainda a incompatibilidade do pedido de pagamento do valor de R\$1.400.000,00 com a natureza da ação de revogação da doação, e a tentativa de enriquecimento ilícito por parte das autoras na exigência R\$1.400.000,00 frente ao valor de avaliação do imóvel, que seria de R\$120.000,00 Regularmente processado o feito, adveio a sentença de fls.108/109, nos termos já relatados.

Inconformada a fundação donatária recorre da sentença com o objetivo de ver julgada improcedente a ação pelas razões expostas no relato.

Pois bem.

A despeito do labor combativo dispensado às razões recursais, entendo que a ré não está a merecer a guarida vindicada. Não, ao menos, nos moldes em que aviados no apelo.

A "fórmula Treu und Glauben" - à qual vem aderiu o ordenamento jurídico brasileiro no artigo 422 do CC - "demarca o universo da boa fé obrigacional, proveniente da cultura germânica, traduzindo conotações totalmente diversas daquelas que a marcaram no direito romano: ao invés de denotar a idéia de fidelidade ao pactuado, como uma das acepções da fides romana, a cultura germânica inseriu, na fórmula, as idéias de lealdade (Treu ou Treue) e crença (Glauben ou Glaube), as quais se reportam a qualidades ou estados humanos objetivados" (MARTINS -COSTA, Judith. in A BOA -FÉ NO DIREITO PRIVADO. São Paulo: RT, 2000, p124) Numa brilhante explanação do real fundamento desse princípio, merece destaque a lição de GISELDA HIRONAKA apud PABLO STOLZE GAGLIANO e RODOLFO PAMPLONA FILHO, segundo a qual:

"A mais célebre das cláusulas gerais é exatamente a da boa-fé objetiva nos contratos. Mesmo levando-se em consideração o extenso rol de vantagens e de desvantagens que a presença de cláusulas gerais pode gerar num sistema de direito, provavelmente a cláusula da boa fé objetiva, nos contratos,

seja mais útil que deficiente, uma vez, que, por boa -fé, se entende que é um fato (que é psicológico) e uma virtude (que é moral).

Por força desta simbiose -fato e virtude -a boa fé se apresenta como o consenso dos atos e das palavras com a vida interior, ao mesmo tempo que se divulga como o amor ou o respeito à verdade.

O homem de boa fé tanto diz o que acredita, mesmo que esteja enganado, como acredita no que diz. E por isso que a boa fé é uma fé, no duplo sentido do termo. Diz que, é uma crença ao mesmo tempo que é uma fidelidade. É crença fiel, e fidelidade no que se crê. E, sobretudo, o que se chama de sinceridade, ou veracidade, ou franqueza, é o contrário da mentira, da hipocrisia, da duplicidade, em suma, de todas as formas, privadas ou públicas, da má-fé." (in NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - CONTRATOS. Vol. IV. 2a ed. São Paulo: Saraiva. 2006, p. 65)

Pois essa prática de condicionar a eficácia e a própria validade da avença nas fases pré e pós-contratual vem sendo cada vez mais considerada, a exemplo da regra trazida pelo o Enunciado 170, aprovado na III Jornada de Direito Civil organizada pelo Conselho da Justiça Federal, segundo a qual "a boa fé objetiva deve ser servada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato".

Tal entendimento está contido no artigo 422 do Código Civil:

Diante de tais ponderações, em consonância com a conclusão sentenciada, a tese defensiva não prospera.

Com efeito, "a confiança depositada pelas pessoas merece tutela jurídica. Quando uma pessoa atua ou celebra certo ato, negócio ou contrato, tendo confiado na atitude, na sinceridade, ou nas promessas de outrem, ou confiando na existência ou na estabilidade de certas qualidades das pessoas ou das coisas, ou das circunstâncias envolventes, o Direito não pode ficar absolutamente indiferente à eventual frustração dessa confiança." (VASCONCELOS, Pedro Pais de. in CONTRATOS ATÍPICOS. Coimbra: Almedina, 1995, p. 63).

Na hipótese dos autos, não há a menor dúvida de que as autoras resolveram doar um terreno de mais de 20.000m² à fundação educacional por entender que a construção de uma unidade escolar no referido imóvel traria valorização imobiliária considerável à região, onde as doadoras tinham vários loteamentos.

Neste contexto, a doação só faria sentido se houvesse garantias de que a faculdade fosse efetivamente implantada.

E foi justamente por isso que, mediante instrumento particular, subscrito por seu representante legal que a donatária aceitou o encargo de "realizar a construção de uma sede da Fundação Educacional de Fernandópolis com atividades a serem desenvolvidas na área de educação" (cláusula 1, parágrafo único), com o início das obras até janeiro de 2008, e conclusão até agosto do mesmo ano.

Com isso, o simples fato de o encargo ter sido abstraído da Escritura Pública não exime a donatária de honrar a obrigação livremente assumida no Instrumento Particular, mesmo porque em momento algum negou o fato de a doação ter sido feita de forma simples, "sem qualquer condição ou restrição" (fl.35), a qual se deu a seu pedido, sob a argumentação de o banco financiador somente liberaria o crédito para a construção se o imóvel estivesse livre de qualquer ônus.

Entrentes, o que se vê, é que a fundação ré tenta se apegar ao formalismo para, de forma desleal, deixar de cumprir aquilo que assumiu (grifamos).

Todavia, a teor do disposto no art.112 do CC/2002, "nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem." Por fim, impende ainda observar que a literalidade do art.108 do CC/2002 -a qual exige que as doações de imóveis de valor superior ao equivalente a 30 (trinta) salários mínimos sejam efetivadas através de escritura pública - não pode servir de escudo para cancelar a falta de boa -fé da donatária ré.

No caso, a retirada da previsão do encargo na Escritura Pública de Doação de fls.33/36 se deu a pedido da própria fundação donatária, sob o pretexto de que o banco procurado para o financiamento da obra teria condicionado a liberação do crédito à transferência pura e simples do imóvel. Esse enredo jamais foi negado pela ré apelante.

Em atenção ao princípio da confiança e boa -fé contratual, não obstante extirpado pro forma da Escritura Público de Doação, o encargo livremente assumido pela donatária em instrumento particular permanece hígido (grifamos).

Com isso, a pretensão de revogação da doação encontra amparo no art.555 do CC/2002, segundo o qual "a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo". O pleito

também encontra arrimo na parte primeira do art.562 do mesmo Codex, o qual preceitua que "a doação onerosa pode ser revogada por inexecução do encargo, se o donatário incorrer em mora." Na hipótese versanda, além da mora ex re - operada pelo transcurso do lapso aprazado para o início e conclusão das obras -, a donatária ré foi mais uma vez constituída em mora através da notificação extrajudicial de fls.37/38.

O caso, porém, conta com uma peculiaridade extra, consubstanciada na dicção do §2º da cláusula 5 do Instrumento Particular de fls.27/31, qual seja, o de não tendo sido implementado o encargo, poder optar por: a) reaver a posse e propriedade do bem doado, livres de qualquer ônus, ou b) receber a importância R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros de mora legais, mais multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

No caso, tendo passado mais de dois anos e meio do prazo final para o cumprimento do encargo, lapso em que as doadoras ficaram privadas de usufruir da área, acertada a opção pelo recebimento da quantia estipulada a título de recomposição e pelos encargos de mora e atualização monetária avançados para a penalização do inadimplente e recomposição das perdas inflacionárias.

Conforme se verifica, após a análise de cláusulas contratuais, e demais fatos e provas levados aos autos, a Corte local concluiu que a doação do imóvel em apreço estava condicionada à realização do encargo previsto inicialmente no instrumento particular, e que tal encargo apenas não se fez constar no instrumento público, por pedido, e a interesse da própria recorrente, para fins financiamento da obra prevista como encargo (omissão que facilitaria a contratação de "FCO junto ao Banco do Brasil"), destacando ainda a má-fé da parte recorrente em tentar se eximir do que foi acordado, com base em formalidades.

No ponto, a revisão da conclusão adotada na origem, para acolher a tese de nulidade do acordo particular, ou de invalidade do encargo negociado pela doação, é medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7 do STJ, por demandar necessário reexame de cláusulas contratuais, fatos e provas.

Por outro lado, constata-se que, a pretensão de afastar o encargo estabelecido por meio da doação, na hipótese dos autos, constitui prática rechaçada pelo

Superior Tribunal de Justiça

ordenamento jurídico, conhecida como *venire contra factum proprio*, uma vez que, conforme destacado na origem, o respectivo encargo somente não se fez constar na escritura pública de doação, por pedido e a interesse exclusivo da parte recorrente.

No ponto, verifica-se que o acórdão está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, ao prestigiar a boa-fé contratual objetiva evitando ainda que a parte se beneficiasse da própria torpeza, não merecendo reparo, em vista da aplicação da Súmula 83/STJ. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. SUCESSÃO DO HERDEIRO NA SOCIEDADE. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 5 DO STJ. ALTERAÇÃO NO CONTRATO SOCIAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO PÚBLICO. PRODUÇÃO DE EFEITOS. PRINCÍPIOS VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM E BOA-FÉ OBJETIVA. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual (Súmula n. 5 do STJ).
3. No caso concreto, o Tribunal de origem, após análise da cláusula contratual, concluiu pela possibilidade de sucessão dos herdeiros do de cujus na sociedade empresária. Entender de modo contrário demandaria nova análise do contrato, inviável em recurso especial, ante o óbice da referida súmula.
4. No caso dos autos, impõe-se a aplicação dos princípios do *venire contra factum proprium* e da boa-fé objetiva, tendo em vista que o recorrente, apesar de ter anuído expressamente à alteração contratual para permitir a sucessão causa mortis, alega a inoperância de tal cláusula pela ausência do devido registro, omissão a que, como sócio, deu causa (precedentes).
5. Agravo interno a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 204801 / RS, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Julgamento, 27/8/2019, DJe 30/8/2019).

Quanto à pretensão de concessão dos benefícios da justiça gratuita, para fins de isenção dos ônus de sucumbência fixados na origem, cumpre destacar que a medida não teria o condão de isentar o recorrente de arcar com os ônus sucumbenciais já fixados pelas instâncias pretéritas.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. EFEITOS *EX NUNC*.

- Os efeitos da gratuidade da justiça operam-se a partir de seu pedido.

(AgRg no Ag n. 475.330/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ de 4.12.2006);

PROCESSUAL CIVIL. PESSOA JURÍDICA. GRATUIDADE PEDIDA COM A APELAÇÃO. DESERÇÃO DECRETADA PELO MAGISTRADO SINGULAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REFORMA PELO TRIBUNAL ESTADUAL, COM EFEITOS *EX TUNC* AMPLO. PROVA. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. LIMITAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE MODO A EXCLUIR CONDENAÇÃO PRETÉRITA. LEI N. 1.060/50, ART. 2º CPC, ART. 511.

I. Segundo a orientação jurisprudencial do STJ, a pessoa jurídica, em tese, pode fruir da assistência judiciária, sendo impossível, em sede especial, reverem-se os fatos que levaram o Tribunal estadual à concessão do aludido benefício, ante o óbice da Súmula n. 7.

II. Todavia, a gratuidade não opera efeitos *ex tunc*, de sorte que somente passa a valer para os atos ulteriores à data do pedido, não afastando a sucumbência sofrida pela parte em condenação de 1º grau, que somente pode ser revista se, porventura, acatado o mérito da sua apelação, quando do julgamento desta.

III. Recurso especial conhecido em parte e nessa parte provido.

(REsp n. 556.081/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ de 28.3.2005);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL.

COMPROVAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA N. 182/STJ. PEDIDO FORMULADO NO RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DO PREPARO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deserto o recurso especial sem comprovação do pedido de assistência judiciária supostamente aceito pelas instâncias ordinárias.

2. É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

3. Tese suscitada apenas em sede de agravo interno constitui indevida inovação recursal.

4. Eventual concessão do benefício da assistência judiciária gratuita não produz efeitos retroativos, não dispensando a parte do pagamento relativo a recurso interposto anteriormente.

5. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no Ag 1380872/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 25.11.2013).

RESPONSABILIDADE CIVIL. FALÊNCIA DE EMPRESA. AÇÃO INDENIZATÓRIA PROPOSTA EM FACE DO SEBRAE. ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. NÃO CONFIGURAÇÃO CAUSA DIRETA, IMEDIATA E NECESSÁRIA DA INSOLVÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

4. Ressalte-se que a ninguém é dado criar e valer-se de situação enganosa, quando lhe for conveniente e vantajoso, e posteriormente voltar-se contra ela quando não mais lhe convier, objetivando que seu direito prevaleça sobre o de quem confiou na expectativa gerada, ante o princípio do nemo potest venire contra factum proprium.

(...)

13. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1154737 / MT, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, T4 - QUARTA TURMA, Julgamento, 21/10/2010, DJe 07/02/2011).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS PATRIMONIAIS. CONTRATO DE CESSÃO DE QUOTAS. SOCIEDADE EMPRESÁRIA E

OUTORGA DE ESCRITURA DEFINITIVA DE IMÓVEL. DESCUMPRIMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ARESTO RECORRIDO. ANÁLISE, PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM, DAS ALEGAÇÕES DE IRREGULARIDADE DA PROCURAÇÃO E DE EXCESSO DE PODERES DO MANDATÁRIO. AMPLA E EXAURIENTE INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS E NEGÓCIOS FIRMADOS PELAS PARTES. SÚMULAS 5 E 7/STJ. CONDUTA DO PROMOVIDO QUE SE MOSTRA CONTRADITÓRIA, VEDADA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO SOB O AXIOMA "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". REDIMENSIONAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

(REsp 774066 / RS, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Julgamento, 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CONSENTIMENTO DA MULHER. ATOS POSTERIORES. " VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM ". BOA-FE. PREPARO. FERIAS.

1. TENDO A PARTE PROTOCOLADO SEU RECURSO E, DEPOIS DISSO, RECOLHIDO A IMPORTÂNCIA RELATIVA AO PREPARO, TUDO NO PER IODO DE FERIAS FORENSES, NÃO SE PODE DIZER QUE DESCUMPRIU O DISPOSTO NO ARTIGO 511 DO CPC. VOTOS VENCIDOS.

2. A MULHER QUE DEIXA DE ASSINAR O CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA JUNTAMENTE COM O MARIDO, MAS DEPOIS DISSO, EM JUIZO, EXPRESSAMENTE ADMITE A EXISTÊNCIA E VALIDADE DO CONTRATO, FUNDAMENTO PARA A DENUNCIAÇÃO DE OUTRA LIDE, E NADA IMPUGNA CONTRA A EXECUÇÃO DO CONTRATO DURANTE MAIS DE 17 ANOS, TEMPO EM QUE OS PROMISSARIOS COMPRADORES EXERCERAM PACIFICAMENTE A POSSE SOBRE O IMOVEL, NÃO PODE DEPOIS SE OPOR AO PEDIDO DE FORNECIMENTO DE ESCRITURA DEFINITIVA. DOUTRINA DOS ATOS PROPRIOS. ART. 132 DO CC.

3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(REsp 95539 / SP, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, Julgamento, 3/9/1996, DJ 14/10/1996 p. 39015, LEXSTJ vol. 91 p. 267, RSTJ vol. 93 p. 314)

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, em relação à tese de que deveria ser aplicado o artigo 20, § 4º, do CPC de 1973, para fins de fixação dos ônus de sucumbência por se assemelhar a ente da administração pública, verifica-se que a Corte local, não emitiu qualquer juízo de valor sobre a matéria, tampouco a recorrente fez a tese constar, das razões dos embargos de declaração (sob o enfoque da semelhança da fundação privada com ente público), carecendo do necessário prequestionamento a viabilizar sua discussão na presente oportunidade. Incide no ponto a Súmula 211/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que a sentença foi publicada antes da vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora